

## NOVAS FRONTEIRAS TELEJORNALÍSTICAS: O USO DAS IMAGENS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA PRODUÇÃO NOTICIOSA

Antonio Pinheiro Torres Neto<sup>24</sup> – Universidade Federal do Ceará

**Resumo:** Cenas capturadas por câmeras de vigilância são cada vez mais presentes no processo de produção de notícias nos telejornais brasileiros. Partindo desse pressuposto, buscamos apontar, a partir de revisão bibliográfica, os principais aspectos que constituem a relação entre a produção telejornalística contemporânea e o uso de imagens de equipamentos de videovigilância na narrativa noticiosa, tendo como base as discussões existentes em nossa pesquisa de doutorado que se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Dessa maneira, apresentamos no texto a seguir aspectos conceituais e teóricos, tanto do campo do Jornalismo, quanto referentes à temática da vigilância, que podem nos auxiliar a compreender os motivos para que haja a apropriação de imagens de videovigilância por parte dos veículos telejornalísticos. Como forma de avançarmos na discussão, propomos a hipótese de que o uso do conteúdo proveniente das câmeras de vigilância ganha força no telejornalismo, em tese, ao se vincular a uma pretensão jornalística que se pauta em transpor para a tela da TV a realidade “tal como ela é”, reforçando mitos como o da imparcialidade jornalística.

**Palavras-chave:** Videovigilância; Telejornalismo; Produção noticiosa.

### **Abstract:**

Scenes captured by surveillance cameras are increasingly present in the news production process on Brazilian TV newscasts. Based on this assumption, we seek to point out, from a bibliographic review, the main aspects that constitute the relationship between contemporary television news production and the use of video surveillance equipment images in the news narrative, based on discussions in doctoral research that is under development in the Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Thus, we present in the text below conceptual and theoretical aspects, both in the field of Journalism, and regarding the theme of surveillance, which can help us to understand the reasons for the appropriation of these images by the media. As a way of advancing the discussion, we propose that the use of content from surveillance cameras gains strength in telejournalism, in theory, by linking to a journalistic claim that is guided by transposing reality to the TV screen “as it is”, reinforcing myths such as that journalistic impartiality.

**Keywords:** Video Surveillance; Telejournalism; News production.

### **1. Novas margens do visível**

Vivenciamos uma realidade na qual as práticas de vigilância se tornaram rotineiras e naturalizadas em nossas vidas. Tal contexto tem provocado mudanças significativas nos modos de vermos e sermos vistos. De acordo com Bruno et al. (2010, p. 7), “(...) os parâmetros e limites segundo os quais estávamos habituados a ordenar o ver e o ser visto estão em trânsito. Ampliam-se e modificam-se as margens do visível, os modos de fazer ver, assim como os modos de ser visto”. É necessário termos em mente, desde já, que os processos de vigilância nos dias atuais

---

<sup>24</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Membro do Grupo de Pesquisa PráxisJor. E-mail: antoniopinheiro.cariri@gmail.com

são múltiplos e atendem a interesses os mais diversos. Neste cenário, temos desde iniciativas voltadas para a coleta de dados pessoais, e a consequente transformação destes em estratégia de comercialização (ZUBOFF, 2018), até procedimentos que visam garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Como nos adverte Botello (2010),

(...) a vida das sociedades contemporâneas tornou-se um contínuo movimento entre aparatos eletrônicos que registram as idas e vindas das pessoas: em centros comerciais, bancos, espaços públicos (como parques e avenidas), complexos habitacionais, estádios, hotéis, centros educacionais, estações de metrô, ônibus e, claro – depois dos atentados de 11 de setembro – aeroportos. Nesse sentido, a vigilância sistemática das atividades tornou-se algo trivial (BOTELLO, 2010, p. 18).

Conforme tem sido observado por diferentes pesquisadores<sup>25</sup>, as atividades de vigilância possuem atualmente não só uma diversidade de aparatos tecnológicos a sua disposição, mas também um crescente escopo de medidas legais que sustentam a sua atuação. Diante desse panorama, estar no mundo significa participar, em alguma medida, de um regime marcado por iniciativas de monitoramento social. Nas palavras de Bauman (2014, p. 5), “A vigilância é uma dimensão-chave do mundo moderno”. Temos nossas transações eletrônicas registradas e analisadas por algoritmos, imagens dos nossos deslocamentos mais corriqueiros captados por câmeras de vigilância, além de anotações sobre a localização do GPS presente em equipamentos que utilizamos.

Levando em consideração a diversidade das práticas de vigilância, precisamos dizer que o nosso foco neste texto está centrado em discutir as atividades de videovigilância em nossa sociedade, abordando especificamente a relação destes dispositivos de visibilidade com o processo de produção noticioso no telejornalismo. Tal debate, que será aprofundado nas páginas seguintes, se constrói a partir das questões suscitadas no projeto de pesquisa de doutorado que iniciamos em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC), e que tem nos levado a investigar os elementos que caracterizam o uso recorrente de imagens de videovigilância por parte dos telejornais brasileiros.

Partimos aqui do pressuposto de que as câmeras de vigilância estão cada vez mais naturalizadas em nosso cotidiano, integrando parte da paisagem urbana contemporânea e representando “(...) um olhar que, pela sua multiplicação em locais públicos, semipúblicos e privados, tende a descortinar a cidade e os corpos passantes” (BRUNO, 2013, p. 87). A intensificação da presença destes dispositivos de visibilidade acontece, em grande medida,

---

<sup>25</sup> Dentre as coletâneas brasileiras que reúnem escritos sobre o assunto, podemos destacar *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem* (BRUNO et al., 2018) e *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação* (BRUNO; KANASHIRO; FIRMINO, 2010).

devido a um entendimento que credita aos equipamentos de videomonitoramento uma capacidade de solucionar os problemas de insegurança e violência urbana. Conforme destaca Firmino (2013), existe um ambiente extremamente favorável ao uso desses dispositivos tecnológicos, em virtude da pretensa capacidade que estes teriam de solucionar os riscos virtuais existentes no espaço urbano.

Ou seja, há um forte vínculo entre a ideia de segurança e as práticas de vigilância, fazendo com que diversos mecanismos sejam adotados em nosso cotidiano como resposta aos potenciais riscos sociais. Assim, ferramentas como os Circuitos Fechados de Televisão (CFTV), câmeras de reconhecimento facial, entre outros, passam a ser encaradas, tanto pelas políticas públicas governamentais, quanto pela iniciativa privada, como uma espécie de solução natural para o quadro de insegurança existente nos grandes centros urbanos. “Nesse cenário que articula medo e controle, espaço não vigiado se tornou espaço do desconhecido, do ilícito e, principalmente, local de violência” (CASTRO; PEDRO, 2010, p. 36).

A princípio, as câmeras de vigilância cumprem um papel voltado estritamente para o campo da segurança. Porém, as imagens por elas geradas têm extrapolado o espaço das salas de controle, de onde são gerenciadas, e ganhado ampla visibilidade a partir de sua utilização pelos telejornais brasileiros. Apesar de não ser um fenômeno novo, temos acompanhado nos últimos tempos a intensificação da produção de notícias e reportagens, veiculadas por programas jornalísticos, que trazem em sua estrutura informativa o uso de cenas capturadas por equipamentos de videomonitoramento. “Inicialmente, sua finalidade é prover segurança, ou seja, a priori, [as câmeras de vigilância] não foram instaladas para finalidades jornalísticas. Entretanto, vez ou outra e despreziosamente, esses dispositivos registram flagrantes, fazendo-o de forma aleatória” (OLIVEIRA, 2019, p. 20).

É neste ponto, aliás, que estabelecemos a aproximação entre os processos de videovigilância com o campo do jornalismo. Atuando de forma ubíqua, em espaços públicos e privados, e em tempo integral, 24 horas por dia, as câmeras de vigilância têm proporcionado novas fronteiras para a produção telejornalística, mas não somente, ao ampliarem as possibilidades de obtenção de flagrantes dos acontecimentos sociais. Com um olhar maquínico que nunca desliga, estes dispositivos de visibilidade possibilitam o acesso a cenas que, de outro modo, provavelmente não se tornariam de conhecimento público. Temos assim um duplo movimento empreendido pelas câmeras de vigilância. Se por um lado elas podem provocar a diminuição da sensação de insegurança social e ampliar as táticas de combate ao crime; por

outra perspectiva, elas tornam visíveis uma série de flagrantes de acontecimentos cotidianos que acabam servindo de conteúdo para os veículos jornalísticos.

Assim, “O telejornalismo, enquanto lugar de referência, é um ambiente que tem sido fortemente marcado pela superabundância de exposição de acontecimentos expressos em imagens oriundas de circuitos fechados de televisão e câmeras amadoras” (ANDRADE, 2018, p. 65). Ou seja, partindo do princípio de que o jornalismo tem como principal tarefa publicizar os acontecimentos considerados os mais importantes do dia, os meios de comunicação acabam encontrando nos flagrantes produzidos pelas câmeras de vigilância uma excelente fonte de conteúdo para elaborar seu material informativo.

## **2. Câmeras de vigilância e produção telejornalística**

Diante dos elementos evidenciados anteriormente, é importante questionarmos então qual a relevância e quais são as características que as imagens de câmeras de vigilância possuem e que justificam, digamos assim, a sua utilização em notícias e reportagens telejornalísticas. Essa indagação pode ser desenvolvida, ao nosso ver, a partir de dois eixos. O primeiro deles diz respeito à rotina produtiva, buscando compreender, por exemplo, como funciona o fluxo de chegada das cenas de flagrantes, obtidos por meio dos equipamentos de videomonitoramento, nas redações. Ou seja: quem são as fontes que cedem essas imagens? Que critérios de noticiabilidade são mobilizados para justificar a veiculação de determinadas imagens? Quais são os parâmetros éticos levados em consideração na hora de publicizar tais flagrantes?

Por outro lado, os meios de comunicação televisivos nos parecem sugerir, hipoteticamente, que há uma relação (implícita) entre o uso de cenas provenientes de câmeras de vigilância e conceitos que são caros à tribo jornalística (TRAQUINA, 2005), tais como a imparcialidade e o mito do espelho da realidade. A princípio, podemos até pensar que em virtude da necessidade de cumprir a sua função básica, ou seja, informar os cidadãos acerca dos acontecimentos mais importantes do dia, a instância midiática está “apenas” se apropriando de imagens carregadas de noticiabilidade, e de um conteúdo capaz de auxiliar os jornalistas na sua árdua tarefa de dominar o tempo diariamente.

Como sabemos, “(...) os meios informativos impõem cuidadosamente uma estrutura no tempo e no espaço como forma de tornar possível para eles mesmos a realização do seu trabalho a qualquer dia, bem como um planejamento do trabalho ao longo dos dias” (TUCHMAN, 1983, p. 54, tradução nossa). Isso porque sem uma certa rotina em que se possa encontrar parâmetros e procedimentos que auxiliem a encarar à imprevisibilidade dos

acontecimentos, se tornaria impraticável para os veículos jornalísticos efetuarem suas atividades diárias. Em outras palavras, e mencionando a assertiva de Hall et al. (1993), o mundo não pode ser apresentado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos.

Seguindo esse raciocínio, é evidente que com a gravação de cenas inusitadas e flagrantes sociais os mais diversos, os equipamentos de videomonitoramento acabam “disponibilizando” cotidianamente à instância jornalística um vasto material a ser exibido em seus telejornais, e que consequentemente auxiliam os profissionais do jornalismo no processo de dominarem o surgimento de acontecimentos imprevisíveis.

Tais dispositivos têm transitado facilmente no espaço midiático, não só pela contribuição dada do que tem se chamado comumente de jornalismo participativo, mas sob o aspecto da estrutura e construção do processo que transforma um acontecimento em notícia. [...] os jornalistas televisivos, regidos pela tirania do tempo, “aproveitam” e se apropriam desse conteúdo para dar conta de cumprir suas rotinas diárias de produção (...) (ANDRADE, 2018, p. 65).

Todavia, nos parece que existem aspectos adicionais neste cenário, como dizíamos anteriormente, que acabam indo de encontro a interesses centrais para o campo do jornalismo. Não teremos, obviamente, como abordar todas as questões citadas na página anterior e que podem nos auxiliar a compreender o uso das imagens de câmeras de vigilância por parte dos telejornais. Isso tanto em virtude da limitação do espaço deste artigo, como também pelo fato de que a nossa pesquisa se encontra em desenvolvimento, buscando avançar em meio aos questionamentos que mobilizam a investigação. De todo modo, gostaríamos de apontar três aspectos, ou hipóteses, que podem nos ajudar, de partida, a entender melhor a relevância que os flagrantes provenientes dos equipamentos de videovigilância representam para os veículos de comunicação televisivos na hora de produzirem suas notícias e reportagens.

O primeiro deles diz respeito a noção de que os acontecimentos flagrados pelas câmeras de vigilância são resultado da captação de um olhar eletrônico “desprovido” de interesses, logo proporcionando aos veículos informativos uma imparcialidade jornalística ao se utilizarem deste conteúdo. Essa compreensão deriva, em parte, do fato concreto de as imagens de câmeras de vigilância não possuírem, a priori, um caráter jornalístico. Isso significa dizer, deste modo, que este tipo de material não é controlado pelos meios de comunicação, nem tampouco é fruto da obtenção do trabalho de cinegrafistas vinculados a redações telejornalísticas. Nesse sentido, quando um determinado telejornal mobiliza as imagens capturadas pelos equipamentos de videomonitoramento, consequentemente ele está utilizando imagens produzidas por terceiros, proveniente de atividades externas às redações

telejornalísticas, e que não sofrem ou não são tocados, de forma imediata, pelos constrangimentos organizacionais presentes no ambiente redacional.

(...) essas imagens [de videovigilância] são reconhecidas pelo telespectador como uma narrativa que encerra verdades. Esvazia-se toda e qualquer ideia de opinião ou ponto de vista. O efeito de verdade surge exatamente da sensação de que a imagem cedida, independente da fonte, é deslocada da linha editorial do veículo de comunicação (ANDRADE, 2018, p. 60).

Temos assim, através do uso dessas imagens, uma espécie de efeito de real que pode proporcionar, em tese, a atualização da noção de imparcialidade jornalística, tendo como premissa a reprodução translúcida dos acontecimentos, quase como um espelho da realidade. Dito de outra maneira: o telespectador teria acesso, através das notícias construídas com imagens de câmeras de vigilância, a uma realidade nua e crua, sem qualquer tipo de intervenção jornalística. O público "(...) assume como uma promessa discursiva a ideia de que vê algo criado espontaneamente, sem os interesses que costumam ser associados às empresas jornalísticas, ou sem intencionalidade (...)" (MARTINS, 2015, p. 140).

Em conjunto com este primeiro aspecto, encontramos nas imagens captadas pelos dispositivos de videomonitoramento uma segunda potencialidade interessante para a atividade jornalística: a reprodução do acontecimento em "tempo real". Quando um telejornal publiciza um acontecimento tendo como recurso para isso o uso de cenas provenientes destes equipamentos de visibilidade, ele torna possível a reverberação de um efeito de realidade que presentifica o fato já ocorrido. Em parte, devido à circunstância de que "Tais imagens, ainda que figurem como registros gravados e estejam deslocadas de seu tempo de captação, parecem conferir às narrativas excessivamente editadas dos jornais um testemunho supostamente mais autêntico do real" (BRUNO, 2013, p. 103).

Além disso, precisamos levar em consideração que enquanto o jornalismo trabalha, na maior parte do tempo, com a construção da notícia a partir de indícios que confirmam a ocorrência de determinada situação; as câmeras de vigilância trabalham com o acontecimento numa perspectiva do '*real time*'. Nesse sentido, "(...) enquanto o jornalismo trabalha com indícios do crime (aquilo que aconteceu e é reconstruído pela reportagem), as câmeras de vigilância mostram o próprio crime (o ocorrido em tempo real)" (MONTEIRO, 2009, p. 20), ainda que tal característica torne necessária uma discussão ética dessas imagens.

Como forma de exemplificar esta dimensão do *real time*, que acabamos de citar, basta lembrarmos da cobertura telejornalística do desastre ocorrido com o rompimento da barragem

da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), em 2019<sup>26</sup>. Em um primeiro momento da cobertura do acontecimento, os veículos de comunicação recorreram a imagens de satélite, fotografias e reproduções gráficas que mostravam o antes e o depois da área atingida pela lama da barragem, assim como vídeos gravados e compartilhados por moradores do Município que, em alguma medida, davam uma dimensão da tragédia. Porém, no dia 01 de fevereiro de 2019, cerca de uma semana após a tragédia, o Jornal Nacional veiculou cenas obtidas através de câmeras de videomonitoramento da Vale que registraram o acontecimento e expuseram de forma reveladora aquilo que até então carecia de um exercício de imaginação e de efeitos gráficos. Nas palavras do jornalista William Bonner, âncora do JN, “O rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, não exige mais um esforço de imaginação. Nesta sexta-feira, exatamente uma semana depois do desastre, surgiram imagens que documentam a tragédia”<sup>27</sup>.

A cena do rompimento da barragem, repetida incessantemente, colocou milhares de telespectadores frente a frente com o acontecimento, tornando ainda mais palpável a tragédia que já vinha sendo publicizada nos dias anteriores. Assim, mesmo as imagens exibidas tendo sido gravadas em um momento passado, elas conseguiam gerar um efeito de instantaneidade a partir da capacidade de tornar visível elementos da situação exata em que o fato se deu. Essa dinâmica é potencializada “(...) na medida em que a imagem cede força o telespectador a ocupar o lugar do olho do observador que efetivamente testemunhou o fato, driblando qualquer outro elemento que compareça na narrativa como um todo” (ANDRADE, 2018, p. 60).

Por fim, os meios de comunicação encontram no uso das imagens de câmeras de vigilância a possibilidade de acessarem acontecimentos que de outra maneira seriam praticamente impossíveis de serem obtidos e conhecidos. Dada a sua ubiquidade, estes dispositivos de visibilidade conseguem estar presentes em diferentes espaços, e com uma presença ininterrupta, 24 horas por dia.

Até não muito tempo, a obtenção do flagrante e do furo de reportagem costumava ser feita por jornalistas que dispendiam grande esforço nessa tarefa. Isso porque a gravação de imagens inusitadas depende, entre outros elementos, que se esteja no lugar certo, na hora certa. A partir das imagens geradas por câmeras de videomonitoramento, os flagrantes passam a ser mais frequentes nos telejornais, sem a necessidade de um profissional para produzir esses vídeos “espetaculares” (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

Além de dominar, em parte, a imprevisibilidade inerente aos acontecimentos sociais, já que eles podem surgir a qualquer momento (tempo) e em qualquer lugar (espaço), as câmeras

---

<sup>26</sup> O desastre, ocorrido no dia 25/01/2019, em Brumadinho (MG), é considerado uma das maiores tragédias socioambientais do Brasil. O rompimento da barragem deixou, ao menos, 270 pessoas mortas. Fonte: Conectas.org

<sup>27</sup> Para assistir a matéria na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/7348848/>

de vigilância também conseguem lidar de forma corriqueira com a obtenção de imagens em meio a ambientes de risco. Assim, o profissional que atua em um veículo de comunicação e que cumpre sua tarefa diária de noticiar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo, pode se resguardar de situações em que sua integridade física não esteja completamente assegurada.

Vale lembrar também dos contextos noticiosos nos quais os jornalistas não possuem acesso livre, mas que através do uso das imagens de câmeras de vigilância acabam conseguindo produzir sua reportagem e em algumas situações alcançar até mesmo o almejado furo jornalístico. “O ‘furo’ é um elemento importante na cultura jornalística que alimenta os interesses próprios do jornalista. O jornalista que se preza procura o ‘furo’. O ‘furo’ dá um gozo particular, um enorme prazer de conquistador” (TRAQUINA, 2005, p. 55). Com a disponibilização e a oferta constante de cenas obtidas pelos equipamentos de videovigilância, os jornalistas, sem dúvida, ganharam uma espécie de aliado nesta busca pelos relatos exclusivos e na efetivação da sua tarefa diária.

### **Considerações Finais**

É importante destacarmos que apesar das potencialidades apontadas acima, acerca do uso das imagens de câmeras de vigilância e um possível diálogo destas com as dimensões da imparcialidade jornalística e de uma suposta transposição da realidade sem filtros para a tela da TV, entendemos, mesmo assim, que os meios de comunicação seguem desempenhando o seu papel de construtores da realidade social (BERGER; LUCKMANN, 2014) ao inserirem cenas provenientes de equipamentos de videovigilância em suas notícias e reportagens. Isso porque o jornalista é um observador que partilha o mesmo mundo que o observado.

Como nos fala Correia (2004, p. 138), “Da consciência desta proximidade e da sua participação na construção da realidade social pode resultar a assunção de que o jornalista, tal como todos os observadores sociais, está presente no mundo da vida, participa nele e na forma como ele é percebido”. Assim, ainda segundo Correia (2004), o jornalista não pode ser visto como um helicóptero que plana sobre a realidade sem a tocar, afinal de contas, sua atuação está diretamente inscrita em uma situação social, histórica e cultural determinada.

Como mencionamos no início do texto, todas essas questões estão sendo trabalhadas de forma mais ampla e detalhada em nossa pesquisa de doutorado que se encontra em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. O nosso intuito é que as problemáticas aqui suscitadas ganhem uma dimensão mais aprofundada ao

analisarmos a produção noticiosa do telejornal cearense CETV 1ª Edição, observando assim de que maneira as suas notícias e reportagens se valem do uso de imagens de câmeras de vigilância.

É válido ressaltar também que há uma preocupação da nossa parte em evidenciarmos, na pesquisa em curso, o papel central ocupado pelas práticas de vigilância nos dias atuais ao entendermos que o uso das imagens de câmeras de videomonitoramento por parte de um telejornal como o CETV 1ª Edição é consequência direta do contexto social no qual ele está inserido. Nesse sentido, estamos atentos as problemáticas levantados por pesquisadores como Bruno (2013), Lyon (2006; 2018), Firmino (2013; 2018), Kanashiro (2008), Melgaço (2010), Zuboff (2018), Evangelista (2018), além de Foucault (2014) e sua perspectiva histórica. É nessa direção que apontamos o olhar investigativo, buscando entender as correlações que se estabelecem entre a produção contemporânea do telejornalismo brasileiro e as práticas de vigilância, e mais especificamente de videovigilância, que constituem o nosso cotidiano.

## Referências

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. *Telejornalismo apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância*. Florianópolis: Insular, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta, e FIRMINO, Rodrigo (Orgs). *Vigilância e visibilidade: Espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). *Vigilância e visibilidade: espaço tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CASTRO, Rafael Barreto de; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta e FIRMINO, Rodrigo. (Orgs). *Vigilância e visibilidade: Espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

EVANGELISTA *et al.* DIO: o mapeamento coletivo de câmeras de vigilância como visibilização da informatização do espaço urbano. In: BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIRMINO, José Rodrigo. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. In: BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIRMINO, José Rodrigo *et al.* Fear, security and spread of CCTV in Brazilian Cities: legislation, debate and the market. In: *Journal of Urban Technology*, London, v. 20, n. 3, p. 65-84, out. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. A produção social da notícia. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

KANASHIRO, Marta. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. In: *Surveillance & Society*, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008.

LYON, David. *Theorizing surveillance: the panopticon and beyond*. William Publishing: Oregon, 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARTINS, Maura Oliveira. *Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MELGAÇO, Lucas. *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2010.

MONTEIRO, Eliana. *Experiência, narrativa e informação: o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura de vigilância na televisão*. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, William Silva de. *Os vídeos das câmeras de segurança no telejornal ESTV 1ª Edição: do monitoramento à notícia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.